



Mercado Digital

Patricia Knebel

patricia.knebel@jornaldocomercio.com.br

Confira, diariamente, no blog Mercado Digital, conteúdos sobre tecnologia e inovação. Para acessar, aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



jornaldocomercio.com/mercadodigital



Cresce debate sobre drones comandados por IA

A crescente utilização de drones equipados com Inteligência Artificial (IA) tem gerado debates, no mundo todo, sobre a necessidade de regulamentação. No Brasil, existem regras apenas para o uso de drones enquanto aeronaves. Mas especialistas no tema advertem que é preciso aprofundar essa discussão para abordar aspectos que ainda não estão previstos em lei.

“Temos de pensar na regulação dos drones enquanto meios de aplicação de Inteligência Artificial”, defende a advogada Isadora Formenton Vargas, sócia do RMMG Advogados e autora do livro Drones e direitos de personalidade: delimitações contemporâneas da ilicitude. “Precisamos compreender que os drones são efetivamente aeronaves, artefatos de robótica, nos quais podemos acoplar sensores, cargas e distintos sistemas, incluindo aqueles capazes de realizar tomada de decisão, o que se chama de inteligência artificial a bordo.”

Isadora e o engenheiro e professor-adjunto do Instituto de Informática da Ufrgs, Edison Pignaton de Freitas, participaram recentemente do maior evento de Sistemas de Aeronaves Não

Tripuladas (ICUAS), realizado na Grécia pela Associação ICUAS e pelo Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE). Encontros como esse evidenciam os desafios atualmente enfrentados em relação ao tema.

Um aspecto importante a considerar é o entendimento sobre níveis de autonomia dos drones. Freitas ressalta que é preciso diferenciar a capacidade de realizar manobras autônomas da autonomia do equipamento em tomar decisões sem interferência humana.

“A autonomia para realizar manobras com objetivos pré-definidos está mais ligada à sua capacidade de analisar os dados adquiridos por seus sensores, bem como às capacidades de planejamento e tomada de decisão com maior celeridade e precisão”, esclarece. “Já autonomia em sentido mais amplo, para a tomada de decisão sobre objetivos, levanta maiores discussões, uma vez que aumenta o escopo de abrangência e cria uma ‘liberdade’ de decisão para além de assistência a operações determinadas, como a realização de manobras”, pontua o engenheiro.

Embora as regras atuais es-

tabeçam delimitações, Isadora afirma que ainda são insuficientes para tratar das novas situações de uso desses dispositivos. “No caso dos drones, compete à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), as regras e os procedimentos de cadastro do operador e certificações; ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Deca), as regras para acesso ao espaço aéreo; e à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), as regras e os procedimentos de homologação da aeronave”, explica. A advogada acrescenta que essas agências reguladoras também definem proibições, que é o caso das operações autônomas (em que não é possível identificar um piloto remoto).

Segundo Isadora, a proibição expressa de operações autônomas tem “baixa efetividade”. Ela lembra do show de drones realizado em Balneário Camboriú no último Réveillon para citar que as operações com distintos níveis de automação e autonomia já ocorrem. Além disso, argumenta que a identificação do piloto, por si só, não significa que a operação não possa ter distintos níveis de automação e autonomia - é possível que fases da operação sejam to-



RMMG ADVOGADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Regras para novos usos dos equipamentos são insuficientes, diz Isadora

talmente autônomas, como processamento de dados, tomada de decisões e até mesmo a própria execução do plano de voo.

“O debate sobre níveis de autonomia é necessário para esclarecer para aspectos de responsabilidade, assegurar novos negócios, garantir tratamento adequado em termos de cibersegurança em drones”, exemplifica Isadora. Nesse sentido, tem o papel de dar segurança jurídica às mais variadas aplicações dos drones comandados por IA.

“O que estamos perdendo enquanto país, cidadãos e empre-

sas ao não dar um passo à frente para discutirmos de forma avançada a disseminação da IA em aplicações robóticas já existentes no país?”, reflete.

No mundo, esse debate já está em ocorrendo. A advogada cita o caso da Agência Europeia de Segurança da Aviação (EASA), entidade da União Europeia, cuja cobertura regulatória é um pouco mais aprofundada em comparação com o Brasil e a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), agência especializada das Nações Unidas.

Aeroporto no Equador aprimora segurança por vídeo

O Aeroporto Internacional José Joaquín de Olmedo, na cidade de Guayaquil, no Equador, adotou a solução de vídeo segurança e controle de acesso Avigilon Unity, da Motorola Solutions, para melhorar o gerenciamento de vídeo e controle de acesso no local.

Com 180 hectares de área terrestre e uma média de 4 milhões de passageiros por ano, o aeroporto, que é administrado pela Terminal Aeroportuária de Guayaquil S.A. (TAGSA), conta com câmeras instaladas em pontos estratégicos, garantindo que a equipe tenha visibilidade dos locais críticos.

O sistema também desempenha função analítica e é capaz de detectar e notificar sobre situações que representem risco, como atividades incomuns de multidões, acesso não autorizado a áreas restritas e outras ameaças à segurança, como bagagens abandonadas.

Além disso, câmeras térmicas foram instaladas em grandes áreas



MOTOROLA/DIVULGAÇÃO/JC

Aeroporto Internacional José Joaquín de Olmedo fica em Guayaquil

do aeroporto para melhorar a visibilidade noturna. Esses equipamentos conseguem cobrir grandes extensões, detectar movimentos incomuns e identificar possíveis invasões em locais restritos.

“Com nossa nova solução de gerenciamento de vídeo e controle de acesso, conseguimos estender a segurança a áreas que não eram cobertas anteriormente, além de adicionar recursos que permitem

que nossa equipe de segurança tome decisões mais informadas e eficientes”, avalia o gerente geral da TAGSA, Angel Cordova.

O vice-presidente e diretor de Vendas de Vídeo Segurança e Controle de Acesso da Motorola Solutions para a América Latina, Ulises Gomez, destaca a agilidade e eficiência obtida pelo aeroporto ao pesquisar e analisar vídeos ao vivo e gravados.

Startups da região Sul já podem se inscrever no BRDE Labs 2024

Já estão abertas as inscrições para empreendedores da região Sul do País que queiram participar do BRDE Labs RS 2024. A quinta edição do programa do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de startups em fase de operação e tração, contará, pelo quarto ano consecutivo, com execução do Feevale Techpark. Um dos destaques deste ano é que todas startups selecionadas para o processo de aceleração terão um auxílio financeiro.

A aceleração dura seis meses, período em que as startups contarão com apoio na estruturação e validação de estratégias e processos internos para que consigam escalar seus negócios.

A conexão com grandes empresas, oportunizando vivência e validação de mercado, também é um objetivo do BRDE Labs RS. O Feevale Techpark, como executor do programa, buscará capacitar os empreendedores e entregar ferramentas que os auxiliem a validar as soluções propostas, identificar mudanças necessárias (pivotar) e atingir o mercado-alvo de forma certa.

O total distribuído poderá chegar a R\$ 230 mil, sendo que os primeiros quatro colocados recebem, respectivamente, R\$ 90 mil, R\$ 45 mil, R\$ 28 mil e R\$ 17 mil. Os demais finalistas recebem R\$ 5 mil cada.

As inscrições deverão ser realizadas, até o dia 8 de setembro pelo link <https://conteudo.feevale.br/brde-labs>.